

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL **DO AMAZONAS**

ISSN 1677-7042

PORTARIA Nº 375, DE 28 DE MAIO DE 2009

O Excelentíssimo Senhor Desembargador ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA, Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 54 e § 2º do Art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, do período de maio/2008 a abril/2009.

Des. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2008 A ABRIL/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS INSCRITAS EM	
	LIQUIDADAG	RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSA-
	(-7	DOS
DECDECA DOUTA COM DECCOAL (I)	E0 200	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	58.296 52.627	-
Pessoal Ativo		-
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.669	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Ter- ceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	7.176	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.649	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.527	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	51.121	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	51.121	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)1	420.877.832	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,012146	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,016696	70.270	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,015861	66.755	
FONTE, OLA EL E COELO/OCE/TOE		

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Des. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA

Presidente do Tribunal

JOSÉ RENATO FRAZÃO CRESPO Diretor-Geral

PEDRO CÉSAR DA SILVA BATISTA Secretário de Administração. Orcamento e Finanças

NABIHA MONASSA ABINADER DA ROCHA

Coordenadora de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 184, DE 28 DE MAIO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de maio de 2.008 a abril de 2.009, anexo a esta Portaria.

Des. DÁCIO VIEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2.008 A ABRIL DE 2.009 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
DEATER OF THE PROPERTY OF THE	Ultimos 12 meses		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSA- DOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL	52.647	178	
Pessoal Ativo	40.674	178	
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.973	-	
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NAO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.325	73	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (\$ 1º do art. 19 da LRF) (II) Indenizações por Demissão e Incenti- vos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	2.457	73	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.868	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PES- SOAL (III) = (I - II)	38.322	105	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a+IIIb)		38.427	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO	D DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - R		420.877.832	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,009130	
LIMITÉ MÁXIMO (inciso I, II, III do 0.023607	ŕ	99.357	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo ún <%> 0,022427	nico do art. 22 da LRF) -	94.390	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE 'Valores referentes à Portaria STN nº 276, de 19/5/2.009.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados,

consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

> WESLEY NOGUEIRA AMARAL Gestor Financeiro

JOÃO GUILHERME MEDEIROS CARVALHO Coordenador de Controle Interno

JULIANO EMANUEL DA CUNHA CASTELLO BRANCO Diretor-Geral

Des. DÁCIO VIEIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA N° 248, DE 28 DE MAIO DE 2009

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e § 2° do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Publicar o Relatório do Primeiro Quadrimestre de Gestão Fiscal do exercício de 2009, desta Corte, constituído de um anexo.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JÚLIO PAULO NETO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA RELATORIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO DE 2008 À ABRIL DE 2009	l'ileann			
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a") R\$ Milhares				
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS			
	Últimos 12 meses			
	LIQUIDADAS (a)	Inscr. Restos a Pagar		
	()	não Processados (b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	77.154	-		
Pessoal Ativo	65.540	-		
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.614	-		
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-		
DESPESÁS ÑÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.866	-		
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Vo- luntária	-	-		
Decorrentes de Decisão Judicial	_	-		
Despesas de Exercícios Anteriores	1.402	-		

¹ Valores referentes à Portaria STN n.º 276, de 19/05/2009.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, escritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.